



## O papel da cultura e do patrimônio cultural na consolidação da democracia: Como a preservação e promoção da cultura e do patrimônio cultural podem contribuir para o fortalecimento dos valores democráticos em sociedades contemporâneas?

Alfredo Ribeiro da Cunha Lobo<sup>1</sup>

### Resumo:

A importância da participação social e da inclusão de diferentes atores no processo de tomada de decisão como elementos essenciais para uma gestão democrática e eficaz do patrimônio cultural é debatida no ensaio. A relação entre democracia e o sistema de proteção do patrimônio cultural no Brasil é o foco dessa investigação com objetivo central de analisar como a democracia influencia as políticas e práticas de proteção do patrimônio cultural, bem como examinar os desafios enfrentados nesse contexto. Para inferir essa democratização cultural, realizou-se uma revisão crítica da literatura e da legislação referentes ao tombamento, ao registro do patrimônio imaterial e às políticas culturais e de investimento estatal federal no patrimônio. Com a revisão elencada, discutiu-se sobre a necessidade de fortalecer os mecanismos democráticos e a participação social no sistema de proteção do patrimônio cultural no Brasil. Os resultados apresentados destacam a importância de ampliar o acesso à informação e promover a conscientização da população sobre a relevância do patrimônio cultural. Além disso, os resultados ressaltaram a necessidade de garantir a representatividade e a diversidade nas instâncias de tomada de decisão relacionadas ao patrimônio cultural. Em suma, a pesquisa aponta a relação intrínseca entre democracia e sistema de proteção do patrimônio cultural no Brasil e a inclusão de diferentes atores e a participação social são fundamentais para promover a preservação e valorização do patrimônio cultural brasileiro. Contudo, ainda são apontados alguns obstáculos e resistências institucionais na consolidação dessa democratização no ritmo e na amplitude exigidos no contexto brasileiro.

**Palavras-chave:** patrimônio cultural; democracia; acesso à informação; cultura; política pública.

### Abstract:

The essay discusses the importance of social participation and the inclusion of different actors in the decision-making process as essential elements for a democratic and effective management of cultural heritage. The focus of this investigation is the relationship between democracy and the cultural heritage protection system in Brazil, with the central objective of analyzing how democracy influences cultural heritage protection policies and practices, as well

---

<sup>1</sup> Advogado, sócio do escritório Miranda Lima e Lobo Advogados, mestrando em Direito Constitucional pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), e especialista em Processo Civil pelo Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP) e em Advocacia no Direito Digital e Proteção de Dados pela Escola Brasileira de Direito (Ebradi), membro da Comissão Especial de Advocacia Municipalista do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, membro da Comissão de Direito Urbanístico e Regularização Fundiária, e da Comissão de Direito Imobiliário da Seccional do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Endereço postal: Setor Hoteleiro Norte, quadra 01, área especial A, bloco D, sala 710, edifício Fusion Work & Live, Asa Norte, Brasília-DF, CEP 70.701-040. E-mail: [alfredolobo@uol.com.br](mailto:alfredolobo@uol.com.br).



as examining the challenges faced in this context. In order to infer this cultural democratization, a critical review of the literature and legislation on listing, the registration of intangible heritage, and cultural policies and federal state investment in heritage was carried out. With the listed review, the need to strengthen democratic mechanisms and social participation in the cultural heritage protection system in Brazil was discussed. The results presented highlight the importance of expanding access to information and promoting awareness among the population about the relevance of cultural heritage. In addition, the results highlighted the need to guarantee representation and diversity in decision-making bodies related to cultural heritage. In short, the research points to the intrinsic relationship between democracy and the cultural heritage protection system in Brazil, and the inclusion of different actors and social participation are essential to promote the preservation and appreciation of Brazilian cultural heritage. However, some obstacles and institutional resistances in the consolidation of this democratization at the pace and amplitude required in the Brazilian context are still pointed out.

**Keywords:** cultural heritage; democracy; access to information; culture; public policy.

## **1 Introdução**

### **1.1 Apresentação do tema: importância da cultura e do patrimônio cultural na consolidação da democracia.**

O papel desempenhado pela preservação e promoção da cultura e do patrimônio cultural é fundamental na consolidação da democracia nas sociedades contemporâneas. No Brasil, onde é indiscutível a riqueza e diversidade cultural, tal relação é ainda mais significativa.

Afinal, a cultura e patrimônio cultural brasileiros são reflexos diretos da pluralidade étnica e social que formaram o país. Consequentemente, sua valorização e preservação são vitais para o fortalecimento dos valores democráticos, pela construção de uma identidade nacional coesa.

A rica cultura brasileira é mundialmente conhecida por sua diversidade, ante a participação de tradições de povos originários, herança africana, europeia e asiática, oriundas de imigrantes e daqueles que por razões diversas por aqui pousaram ao longo dos séculos.

Tal diversidade cultural permeia todas as esferas da sociedade brasileira, abrangendo a música, dança, literatura, gastronomia, artes visuais, festividades religiosas. A cultura brasileira é um elo entre as diferentes regiões do país e um fator de união entre sua população.

Não bastasse, o país ainda conta com vasto patrimônio cultural, composto, entre outros, por sítios arqueológicos, edifícios históricos, manifestações culturais imateriais, museus, acervos e bibliotecas



Esses elementos são testemunhos da construção da história e da identidade do país, conectando as gerações passadas e presentes. A proteção e promoção desse patrimônio são fundamentais para a preservação da memória coletiva e o fortalecimento da identidade nacional.

Nesse contexto, a cultura e o patrimônio cultural desempenham papel crucial na consolidação da democracia no Brasil. A cultura é uma expressão de identidade e diversidade, permitindo que os cidadãos se reconheçam e sejam reconhecidos dentro de uma sociedade plural. Ela estimula o diálogo, o respeito mútuo e a tolerância, valores essenciais para a convivência democrática.

Além disso, o patrimônio cultural desempenha um papel importante na promoção da cidadania e na participação ativa dos cidadãos. A preservação e valorização do patrimônio cultural incentivam a conexão com a história e o sentimento de pertencimento, estimulando a consciência cívica e a responsabilidade comum na proteção desse legado.

A participação da sociedade na gestão e conservação do patrimônio cultural fortalece os laços entre comunidades e as instituições democráticas, promovendo uma maior inclusão e empoderamento dos cidadãos.

No entanto, apesar da importância da cultura e do patrimônio cultural, o Brasil enfrenta desafios significativos na sua preservação e promoção. Questões como falta de recursos, de políticas públicas efetivas e de conscientização da população sobre a importância do patrimônio cultural são obstáculos a serem superados. É fundamental que o Estado e a sociedade civil reconheçam a relevância da cultura e do patrimônio cultural como pilares fundamentais para a consolidação da democracia no Brasil.

Cabe examinar então, como a preservação e promoção da cultura e do patrimônio cultural pode contribuir para o fortalecimento dos valores democráticos em sociedades contemporâneas, especialmente, no contexto brasileiro.

Após estabelecer a relação intrínseca entre cultura, patrimônio cultural e democracia, será possível reconhecer o potencial transformador desses elementos na sociedade brasileira. A promoção da diversidade cultural, o respeito às diferenças e a valorização da história e identidade do país são passos essenciais para uma democracia inclusiva e participativa.

Somente através do reconhecimento e valorização da cultura e do patrimônio cultural, podemos construir uma sociedade democrática mais justa, inclusiva e consciente de sua riqueza cultural.



É fundamental investir em políticas públicas efetivas, educação patrimonial e na conscientização da população sobre a importância desses elementos, para que possamos fortalecer ainda mais a democracia brasileira, baseada na diversidade, respeito e participação ativa dos cidadãos.

## **2 Como a preservação e promoção da cultura e do patrimônio cultural podem contribuir para o fortalecimento dos valores democráticos em sociedades contemporâneas?**

A promoção e preservação do patrimônio cultural e da cultura desempenham papel fundamental no fortalecimento e na consolidação dos valores democráticos em sociedades contemporâneas.

É possível definir cultura como a expressão intrínseca da identidade de um povo, pelo reflexo de suas crenças, tradições, valores e histórias compartilhadas. Um conceito amplo e abrangente, que engloba os padrões de comportamento, crenças, valores, normas, tradições, conhecimentos, expressões artísticas e manifestações simbólicas de um grupo ou sociedade. Ela é construída e transmitida ao longo do tempo, sendo moldada pelas interações sociais, experiências históricas, contextos geográficos e diversidade de identidades presentes em uma determinada comunidade. A cultura é dinâmica e evolui constantemente, refletindo os processos de transformação e adaptação vivenciados por uma sociedade (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; NEVES, 2016).

Por sua vez, o patrimônio cultural se dá pela materialização e a perpetuação de tais expressões culturais, proporcionando a ligação entre gerações. É o conjunto de bens materiais e imateriais que possuem valor histórico, artístico, arqueológico, científico, social ou cultural para uma comunidade ou para a humanidade como um todo. Ele abrange desde sítios arqueológicos e monumentos históricos até práticas culturais, celebrações, rituais, músicas, danças, técnicas artesanais, literatura, gastronomia e outros elementos que são herdados do passado e mantidos vivos no presente. O patrimônio cultural é considerado um legado coletivo, um tesouro compartilhado que fornece identidade e conexão com a história e a cultura de uma sociedade (TOMASEVICIUS FILHO, 2020).

Em tal contexto, surge a questão central: como a preservação e promoção da cultura e do patrimônio cultural contribuem para o fortalecimento dos valores democráticos?



De início, a cultura tem o papel de promoção do pluralismo e diversidade da sociedade brasileira e sua respectiva formação, bem como do respeito às diferenças, intrínsecas a qualquer sociedade democrática (GÓMES; LIMA, 2011).

A cultura também desempenha função relevante na formação da consciência cívica. Pela valorização e promoção de manifestações culturais, proporciona-se um espaço de diálogo e troca de experiências e perspectivas, fortalecendo o tecido social e possibilitando, inclusive, uma visão crítica dos valores, história e formação da identidade daquela sociedade (ALBERNAZ, 2020).

Já o patrimônio cultural materializa o intangível, permitindo que gerações conectem passado e presente, estimulando a preservação da memória coletiva e erigindo o senso de pertencimento (TOMASEVICIUS FILHO, 2020).

Tal senso de pertencimento é aliado na criação a identidade cultural e, juntos, fortalecem o sentimento de responsabilidade coletiva pela preservação e promoção da cultura, valores e histórias de determinada sociedade.

Inclusive, a cultura e patrimônio cultural devem ser instrumentos de promoção da justiça social e rompimento de barreiras, por meio de afirmação da representatividade, posto que através de políticas públicas que promovam a participação popular na tomada de decisões e gestão sobre o tema é possível garantir voz a todos os seguimentos e grupos sociais para expressão e de suas perspectivas (GÓMES; LIMA, 2011).

Por isso, é relevantíssimo ressaltar que o patrimônio cultural não se restringe apenas aos bens e manifestações considerados "eruditos" ou de grande renome, mas também inclui as expressões culturais populares e tradicionais, reconhecendo a importância de todas as camadas e formas de cultura presentes em uma sociedade. É fundamental que haja uma visão inclusiva e ampla do patrimônio cultural, valorizando e preservando tanto os grandes marcos históricos quanto as expressões cotidianas e ancestrais de um povo (MENDES, 2012; GÓMES; LIMA, 2011; TOMASEVICIUS FILHO, 2020).

Em suma, a preservação e promoção da cultura e do patrimônio cultural desempenham um papel vital no fortalecimento dos valores democráticos em sociedades contemporâneas. Ao valorizar a diversidade, estimular a participação cidadã, promover a inclusão social e preservar a memória coletiva, a cultura e o patrimônio cultural se tornam ferramentas poderosas para o fortalecimento da democracia.



No entanto, é necessário que haja um compromisso conjunto do Estado, da sociedade civil e dos cidadãos em investir recursos, desenvolver políticas públicas efetivas e garantir a participação de todos os grupos sociais nesse processo.

## **2.1 A diversidade cultural como elemento central.**

Do ponto de vista ora debatido, tendo a cultura e o patrimônio cultura papel relevantíssimo como instrumentos de afirmação de valores democráticos, a diversidade deve ser tratada como elemento central. A diversidade cultural contribui para o fortalecimento de identidades individuais e coletivas, ao dar voz e visibilidade a grupos historicamente marginalizados, valorizados e encorajados a expressar suas diferenças e pontos de vista, aprimorando o senso de pertencimento, solidariedade e sentimento de comunidade (MENDES, 2012).

O diálogo intercultural permite a troca de conhecimentos entre diferentes grupos e suas respectivas tradições, além de promover o encontro e a interação de diversos setores da sociedade, que é enriquecida por ideias e formas de expressão. Esse intercâmbio cultural cria um ambiente propício para o entendimento mútuo, a cooperação e a construção de pontes entre diferentes segmentos da sociedade, contribuindo para uma convivência harmoniosa e respeitosa (BAQUERO, 2018).

Ao se reconhecer e valorizar as diferentes expressões culturais presentes em uma sociedade, se fortalecem identidades individuais e coletivas, promove-se o diálogo intercultural e constrói-se uma sociedade mais inclusiva e plural.

Para isso, contudo, é necessário investimento em políticas públicas que garantam a igualdade de oportunidades e o acesso à cultura, bem como valorizar e apoiar a produção artística e cultural de grupos marginalizados.

A diversidade cultural é uma força transformadora que enriquece a sociedade e contribui para a construção de uma democracia mais vibrante e sustentável.

## **3 A relação entre cultura e democracia**

### **3.1 Exploração da relação intrínseca entre cultura e democracia.**



Cultura e democracia estão intrínseca e profundamente interligadas. A primeira desempenha papel fundamental no fortalecimento de valores democráticos em sociedades contemporâneas, na formação da identidade coletiva e individual dos cidadãos, servindo como ponte entre diferentes grupos que compõem uma sociedade (NEVES, 2016).

A cultura também desempenha papel primordial na promoção do pluralismo e da diversidade, inerentes a qualquer sociedade democrática, pois abrange ampla gama de expressões, como artes, músicas, danças, literatura, gastronomia (NEVES, 2016).

A cultura também promove a reflexão crítica, estimulando os cidadãos a questionar e analisar as questões sociais e políticas em sua comunidade. Dessa forma, contribui para a formação de uma sociedade informada, engajada e participativa, elementos essenciais para o funcionamento de uma democracia saudável.

Por outro lado, a democracia fornece o ambiente propício para a diversidade cultural prosperar, garantindo a liberdade de expressão, a igualdade de direitos e a participação popular. Permite, ainda, que todas as vozes sejam ouvidas e que todas as expressões culturais encontrem espaço para se manifestar (GÓMES; LIMA, 2011; FERRAZ, 2014).

A democracia assegura que as políticas culturais sejam desenvolvidas de forma inclusiva, valorizando a diversidade e garantindo o acesso equitativo aos recursos e oportunidades culturais. Além disso, prevê que as decisões sobre questões culturais sejam tomadas de forma participativa, envolvendo a sociedade civil, as comunidades locais e os grupos marginalizados (NEVES, 2016).

A relação entre cultura e democracia também envolve a proteção e promoção dos direitos culturais. Os direitos culturais, reconhecidos internacionalmente, afirmam que todas as pessoas têm o direito de participar na vida cultural, de ter acesso à cultura e de desfrutar dos benefícios do progresso científico e do desenvolvimento cultural. A democracia desempenha um papel crucial na garantia desses direitos, ao criar um ambiente em que todas as pessoas possam exercê-los plenamente (ALBERNAZ; 2020; PEREIRA JUNIOR, 2018).

Em suma, a relação entre cultura e democracia é uma via de mão dupla. A cultura fortalece os valores democráticos, promovendo a identidade, o diálogo, a diversidade e a participação cidadã. Por sua vez, a democracia fornece as condições necessárias para que a cultura floresça, garantindo a liberdade de expressão, a igualdade de direitos e a participação de todos na vida cultural. Essa interconexão entre cultura e democracia é essencial para a



construção de sociedades mais justas, inclusivas e participativas, onde a diversidade cultural é valorizada e os direitos culturais são protegidos.

### **3.2 Os valores democráticos promovidos pela cultura: liberdade de expressão, respeito à diversidade e participação cidadã.**

Como já posto, a cultura desempenha papel basilar na promoção de valores democráticos, pois é por meio dela que diversos princípios fundamentais da democracia são vivenciados, disseminados e, então, fortalecidos.

Em primeiro, destaca-se a liberdade de expressão, um dos pilares da democracia. Por meio das diversas formas de expressão cultural, como a arte, a música, a literatura, o teatro, os agentes sociais expressam livremente suas opiniões, ideias e perspectivas sobre o mundo (HUNGARO, 2020).

A cultura possibilita que as vozes sejam ouvidas, mesmo as vozes dissidentes e críticas, contribuindo para o debate público e o exercício da cidadania. Ao valorizar e proteger a liberdade de expressão, a cultura fortalece a democracia, permitindo que as pessoas exerçam seus direitos e contribuam para a formação de uma sociedade plural e aberta ao diálogo (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006).

Prova disso é a censura, um dos primeiros atos de governos ditatoriais, autoritários ou antidemocráticos. No mesmo sentido, mas com o sinal trocado, nota-se a resistência popular pela cultura, vide as famosas obras produzidas no Brasil a partir de 1964.

Em segundo, o respeito à diversidade é outro valor democrático promovido pela cultura. Através das diferentes expressões culturais, a sociedade é exposta a uma ampla variedade de perspectivas, identidades e experiências (PEREIRA JUNIOR, 2018).

A cultura valoriza e celebra a diversidade étnica, cultural, religiosa, de gênero e outras formas de diferenciação, desafiando estereótipos, preconceitos e discriminações, pelo fomento à compreensão mútua e o respeito entre os indivíduos, que têm a oportunidade de entrar em contato com aqueles de fora de suas bolhas, ampliando suas visões de mundo e desenvolvendo empatia.

Ao promover o respeito à diversidade, a cultura contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa, onde todos os cidadãos são valorizados independentemente de sua origem ou identidade.



Em terceiro, a participação cidadã é um valor democrático essencial, e a cultura desempenha um papel importante em sua promoção (NEVES, 2016; BAQUERO, 2018).

Através da cultura, as pessoas são incentivadas a participar ativamente da vida cultural e social de suas comunidades, convidadas a contribuir com suas habilidades, conhecimentos e perspectivas, seja na produção cultural, seja no engajamento em atividades culturais coletivas.

Além, são criados espaços de encontro e interação, onde as pessoas podem se reunir, trocar ideias, discutir questões relevantes e tomar decisões coletivas. A participação cidadã na cultura fortalece a democracia ao garantir que as vozes de todos sejam ouvidas e levadas em consideração nas decisões que afetam a vida coletiva.

É importante reconhecer que a cultura não é apenas um meio de promover os valores democráticos, mas também uma expressão fundamental desses valores. A diversidade cultural, a liberdade de expressão e a participação cidadã são pilares da democracia, e a cultura os coloca em prática, permitindo que os agentes sociais se envolvam ativamente na construção de uma sociedade democrática e pluralista (NEVES, 2016; BAQUERO, 2018).

Portanto, ao reconhecer e valorizar o papel da cultura na promoção dos valores democráticos, é possível fortalecer ainda mais sua relação intrínseca com a democracia.

### **3.3 Preservação do patrimônio cultural e fortalecimento da identidade democrática**

A preservação do patrimônio cultural desempenha um papel significativo na construção da identidade democrática de uma sociedade, posto que abrange as expressões culturais e materiais transmitidas ao longo do tempo, como monumentos, sítios arqueológicos, obras de arte, tradições, costumes e práticas (BAQUERO, 2018).

Esses elementos são fundamentais para compreensão da história, das raízes e dos valores de uma sociedade. Sua preservação contribui para a consolidação da identidade coletiva.

Inicialmente, a preservação do patrimônio cultural resgata e mantém viva a memória coletiva de uma sociedade. Ao proteger e promover os lugares e objetos que testemunham o passado, preservam-se as narrativas históricas e culturais que moldaram a identidade de uma comunidade. Tal conexão com o passado é essencial para entendermos quem somos como sociedade e como chegamos até aqui (ALBERNAZ; 2020).

Através da preservação do patrimônio cultural, as gerações passadas, atuais e futuras têm a oportunidade de se reconhecerem na trajetória histórica e cultural de seu país,



fortalecendo assim os laços de pertencimento e a identificação com sua comunidade e sociedade (SPINA; SERRATTO, 2015; FERRAZ, 2014).

Além do mais, preservar patrimônio cultural por meio da articulação de gerações diferentes, respeitando a pluralidade entre os envolvidos. Com tal articulação, a transmissão de conhecimentos, tradições, valores e ponto de vistas são compartilhados em um mesmo espaço harmônico, transmitindo suas experiências e contribuindo para a disseminação de informação, saberes populares antigos e reconhecimento da importância dos feitos das gerações anteriores, de cada grupo étnico, racial, religioso e social. Por fim, tais feitos trazem uma identidade única por meio da coletividade e pluralidade, fortalecendo a unicidade, singularidade e igualdade que todos compartilham, promovendo respeito e inclusão aos demais (SPINA; SERRATTO, 2015).

Para mais, ações que visam a preservação do patrimônio cultural tendem a promover o engajamento popular em assuntos políticos, tais como a preservação, gestão e promoção de espaços e bens públicos tangíveis e intangíveis que afetam seu meio, empoderando a população local e tornando-as mais partícipes da gestão pública (ALBERNAZ; 2020; HUNGARO, 2020). Tais ações, de acordo com Albernaz (2020), tendem a fortalecer a democracia popular, pois suas queixas, demandas e necessidades secundárias passam a ser ouvidas sem grandes ruídos, principalmente no que cerne ao patrimônio cultural local.

Dessa forma, a preservação do patrimônio cultural se torna uma ferramenta de capacitação e empoderamento das comunidades, especialmente pela construção da identidade democrática de uma sociedade, ao reforçar os laços de pertencimento, promover o diálogo intergeracional, valorizar a diversidade cultural e fortalecer a participação cidadã.

Através da preservação do patrimônio cultural, uma sociedade reconhece sua história, suas tradições e sua riqueza cultural, permitindo que seus membros se identifiquem e se orgulhem de sua herança cultural comum (SPINA; SERRATTO, 2015).

Indo além, a preservação do patrimônio cultural também desencadeia um sentimento de responsabilidade coletiva, incentivando os agentes sociais a se envolverem ativamente na proteção e promoção de seu legado cultural, promovendo uma consciência cívica e senso de propriedade compartilhada, onde cada indivíduo se torna guardião do patrimônio cultural de sua sociedade.

Ao participar ativamente na preservação do patrimônio, as comunidades locais se tornam protagonistas na construção de sua identidade democrática, garantindo que sua voz seja ouvida e sua história seja contada de forma autêntica.



### **3.4 O patrimônio cultural como ferramenta de fortalecimento do senso de pertencimento e da coesão social**

Como já defendido acima, o patrimônio cultural desempenha um papel fundamental na promoção do senso de pertencimento e na coesão social de uma comunidade, pois ao preservar e valorizar os elementos culturais que moldaram tal comunidade ao longo do tempo, o patrimônio cultural materializa a criação de uma conexão profunda entre as pessoas e seu passado coletivo o que fortalece o senso de identidade e pertencimento, gerando um sentimento de orgulho e união em relação à cultura compartilhada.

Quando os indivíduos se identificam com seu patrimônio cultural, eles se sentem parte de algo maior do que eles próprios, reconhecem que fazem parte de uma história coletiva, enraizada em tradições, valores e realizações culturais de seus antepassados (SPINA; SERRATTO, 2015).

Tal senso de pertencimento fortalece laços sociais, criando uma sensação de solidariedade e cooperação entre os membros da sociedade. Através do patrimônio cultural, as pessoas se unem em torno de um legado comum, compartilhando memórias, histórias e experiências.

Além disso, o patrimônio cultural desempenha um papel importante na coesão social ao promover a compreensão e o respeito mútuo. A diversidade cultural é uma característica intrínseca do patrimônio de uma sociedade e reflete a pluralidade de grupos étnicos, religiosos e sociais que nela coexistem. (SPINA; SERRATTO, 2015).

Ao valorizar e preservar essa diversidade cultural, pela valorização e preservação do próprio patrimônio cultural, promove-se a tolerância, o diálogo e a valorização das diferenças, nos lembrando que, apesar das peculiaridades, todos compartilham um espaço comum.

Por sua vez, a coesão social fortalecida pelo patrimônio cultural contribui diretamente para a democracia, que é construída sobre a base de uma sociedade inclusiva, onde todas as vozes são – ou deveriam ser! – ouvidas e valorizadas.

Com isso, pelo fortalecimento do senso de pertencimento e promoção da coesão social, criam-se as condições necessárias para a participação e a colaboração cidadã, pois aqueles que se sentem conectados e comprometidos com sua cultura e comunidade, elas são mais propensas



a se envolverem ativamente na vida democrática, exercendo seus direitos e responsabilidades (SPINA; SERRATTO, 2015; ALBERNAZ; 2020).

O patrimônio cultural também serve como uma ferramenta educacional, transmitindo conhecimentos e valores aos jovens e futuras gerações, que, ao conhecer e compreender seu patrimônio cultural, os indivíduos se tornam cidadãos informados e conscientes, capazes de propagar a importância de valores democráticos basilares, como diversidade, respeito mútuo e preservação de direitos fundamentais (SPINA; SERRATTO, 2015).

Ao celebrar nossa diversidade cultural e reconhecer o valor de nossa herança coletiva, fortalecemos os laços que nos unem e reafirmamos nossa identidade democrática. O patrimônio cultural, portanto, se torna uma fonte de inspiração e um reflexo dos valores democráticos que buscamos alcançar.

### **3.5 Promoção da cultura como espaço de diálogo e debate**

Através de expressões culturais como artes, música, literatura, cinema, teatro, as ideias, perspectivas temas socialmente controversos podem ser livremente compartilhados e debatidos, mostrando o desempenho da cultura em seu papel essencial como espaço de diálogo e debate em uma sociedade democrática, criando um ambiente propício para o encontro de diferentes pontos de vista, promovendo a diversidade de pensamento, o intercâmbio de ideias, a liberdade de expressão e o direito à opinião divergente, de maneira criativa e aberta (CASTRO; 2012).

Ora, não há maneira mais legítima, senão através das manifestações culturais, para que os indivíduos expressem suas ideias, desafiem as normas estabelecidas, questionem as estruturas de poder e promovam a reflexão crítica. Essa liberdade de expressão cultural alimenta o debate público e incentiva a formação de uma opinião pública informada e engajada (CASTRO; 2012).

Além disso, a cultura também pode atuar como uma ponte entre diferentes grupos e comunidades dentro de uma sociedade democrática, ao oferecer um terreno comum onde indivíduos com origens, crenças e experiências distintas podem se encontrar, compartilhar suas perspectivas e compreender a diversidade existente na sociedade. Através do diálogo cultural, é possível promover a compreensão mútua, superar preconceitos e estereótipos, e construir relações de respeito e cooperação (GOMES, 2012; NEVES, 2016).



Através de formas artísticas e criativas, se pode estimular o debate sobre temas sensíveis, como direitos humanos, igualdade de gênero, inclusão social, justiça racial. Ao abordar tais questões de maneira artística, a cultura sensibiliza, mobiliza e engaja o público, despertando consciências e promovendo a mudança social, servindo a cultura como ferramenta fundamental na abordagem de questões sociais e políticas relevante, para questionamento de desigualdades, injustiças e opressões presentes na sociedade (GOMES, 2012).

À medida que a cultura se torna um espaço de diálogo e debate, se transforma em uma ferramenta poderosa para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e participativa. Ao encorajar a reflexão crítica, a cultura estimula a formação de opiniões informadas e fomenta o engajamento cidadão, além de promover a empatia, a compreensão e a tolerância, criando condições propícias para a construção de consensos e a busca por soluções coletivas (GOMES, 2012; NEVES, 2016).

Como exemplo, podemos citar o Teatro do Oprimido, criado pelo renomado diretor de teatro brasileiro Augusto Boal, que consiste em uma forma de teatro interativo que busca promover a consciência crítica e a participação do público. Por meio de encenações, os espectadores são convidados a interagir com os atores e propor soluções para situações de opressão e injustiça. Essa abordagem teatral tem sido utilizada para debater temas como desigualdade social, racismo, violência de gênero e direitos humanos.

A literatura, há séculos, é utilizada como ferramenta para debate de questões sociais e políticas, e exposição de ideias. Obras como “*O olho mais azul*” (1970) de Toni Morrison, que escancara as dores do racismo; a sempre atual “*A revolução dos bichos*” (1945), de George Orwell, que critica a tirania e a busca insaciável pelo poder; e “*O Cortiço*” (1890), de Aluísio Azevedo, que põe olhos sobre os marginalizados e retrata as mazelas sociais que atingiam a capital do Brasil Império.

Os documentários são outra moderna ferramenta de abordagem de temas socialmente sensíveis, destacando-se obras como “*À margem do Corpo*” (2005), de Débora Diniz, que escancara temas como vulnerabilidade social e efetividade dos direitos; e “*Edifício Master*” (2002), de Eduardo Coutinho, que retrata a vida de moradores de um edifício em Copacabana, Rio de Janeiro-RJ, com todas suas particularidades e diversidade.

Nesse contexto, importante também destacar filmes nacionais recordistas de bilheteria como “*Tropa de Elite*” (2007) e sua sequência “*Tropa de Elite 2*”, dirigidos por José Padilha,



que retratam a violência policial e a corrupção; e a trilogia “*Minha Mãe é uma peça*”, de Paulo Gustavo, que aborda a temática LGBT no âmbito das famílias.

Veja-se, que todas as obras citadas acima, independentemente de formato ou enquadramento temporal, tratam de temas socialmente relevantes, que demandam amplo debate e trazem, cada uma a seu modo, exposição de perspectivas e opiniões diferentes, fomentando o confronto de ideias e ideais.

No entanto, é importante destacar que a cultura como espaço de diálogo e debate em uma sociedade democrática requer condições favoráveis. É fundamental, pois, que haja liberdade de expressão, respeito aos direitos humanos e um ambiente propício à diversidade cultural.

A garantia dessas condições é responsabilidade do Estado Democrático de Direito, que deve proteger e promover os direitos fundamentais dos cidadãos, incluindo a liberdade de expressão e a liberdade cultural (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

### **3.6 A participação popular na gestão do patrimônio cultural**

A preservação e promoção do patrimônio cultural não são tarefas exclusivas de governos e suas instituições. A participação popular desempenha fundamental papel nesse processo. Em essência, são os cidadãos os verdadeiros guardiões do patrimônio cultural, pois são eles que vivenciam, valorizam e interagem com esse legado em seu cotidiano.

A participação popular na preservação do patrimônio cultural implica no envolvimento ativo da sociedade em sua identificação, proteção, conservação e divulgação, que pode acontecer de várias maneiras, como por meio do voluntariado em projetos de restauração, da contribuição financeira para a manutenção de espaços culturais, do compartilhamento de conhecimentos e histórias relacionadas ao patrimônio, da participação em debates e tomadas de decisão sobre políticas culturais (NEVES, 2016).

Tal forma de exercício democrático de cidadania não apenas fortalece o senso de pertencimento e a conexão emocional dos indivíduos com seu patrimônio cultural, mas também traz benefícios práticos à sua preservação, valorização e transmissão às futuras gerações.

Afinal, ao compartilhar histórias, tradições e conhecimentos, os cidadãos contribuem para a sua difusão e perpetuação, criando um ciclo virtuoso em que o patrimônio cultural é



apreciado e preservado de forma contínua, fortalecendo a identidade coletiva e a herança cultural de uma sociedade.

Pelo do envolvimento dos membros da comunidade, é possível mobilizar recursos humanos, financeiros e materiais adicionais para a conservação e restauração de bens culturais, além da diversidade de perspectivas, conhecimentos e habilidades, que enriquecem os processos de tomada de decisão e garantem que as medidas adotadas sejam mais inclusivas e representativas (NEVES, 2016; ALBERNAZ; 2020).

Outro benefício direto do envolvimento dos cidadãos é a inclusão social e o empoderamento das comunidades, pois ao envolver indivíduos de diferentes origens, idades e perspectivas, cria-se um ambiente de igualdade e respeito mútuo, onde todos têm a oportunidade de contribuir e se beneficiar, o que é especialmente relevante em sociedades culturalmente diversificadas, como a brasileira, onde o patrimônio cultural pode servir como um ponto de encontro e união entre diferentes grupos (HUNGARO, 2020; NEVES, 2016).

No entanto, é importante ressaltar que a participação cidadã na preservação e promoção do patrimônio cultural requer um ambiente propício, implicando em responsabilidade do Estado Democrático de Direito em garantir a proteção legal do patrimônio cultural, promover a educação patrimonial nas escolas e incentivar a participação cidadã por meio de políticas e programas adequados.

Nesse sentido, como a preservação e promoção do patrimônio cultural não podem ser realizadas de forma isolada, e dependem do engajamento e do envolvimento ativo da sociedade, ao participar ativamente na identificação, proteção, conservação e divulgação do patrimônio cultural, os cidadãos contribuem para a sua preservação a longo prazo e para a construção de uma identidade democrática sólida (GÓMES; LIMA, 2011).

Como exemplo, destacam-se os Comitês Consultivos locais, compostos por membros de determinada comunidade, especialistas e representantes de organizações culturais, cuja função é aconselhar autoridades sobre questões relacionadas ao patrimônio cultural.

Inclusive, há que se destacar que uma das competências da Secretaria dos Comitês de Cultura, do Ministério da Cultura, é a implementação “[...] em todos os Estados, os Comitês de Cultura, em parceria com a sociedade civil, consideradas as diversidades regionais e as características de cada território” (BRASIL, 2023).



A educação patrimonial, por sua vez, desempenha um papel crucial nesse processo, capacitando as pessoas a compreenderem a importância do patrimônio cultural e a se envolverem de maneira significativa em sua preservação (GOMES, 2012).

Afinal, a inclusão do patrimônio cultural nos currículos escolares, o desenvolvimento de programas educativos em museus e espaços culturais, e a realização de oficinas e atividades nas comunidades são exemplos de práticas que estimulam a participação ativa e o senso de responsabilidade em relação ao patrimônio cultural desde a infância.

Outra forma de participação popular é o estabelecimento de programas de voluntariado voltados à preservação e promoção do patrimônio cultural, que permitam que os cidadãos se envolvam ativamente na conservação de locais históricos, museus, arquivos e outras instituições culturais (CASTRO; 2012; ZANIRATO; RIBEIRO, 2006).

Quanto ao tema, veja-se o chamamento público para cadastramento online de voluntários, realizado pelo Instituto Brasileiro de Museus – Ibram:

Considerando a necessidade de colaborar com os museus em situações de emergência, como incêndios e enchentes, o Ibram por meio do Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado manterá um banco de dados sistematizado, com informações sobre profissionais, estudantes e interessados na área de Museus e Patrimônio, para atuarem nesses momentos de tragédia, nos quais as equipes internas dos museus necessitam de ajuda externa, para ampliar a força de trabalho e agir rapidamente no salvamento dos bens culturais atingidos (BRASIL, 2021).

Portanto, é fundamental que as políticas culturais e os sistemas legais incentivem e facilitem a participação cidadã, promovendo a conscientização sobre o valor do patrimônio cultural e criando espaços para que as vozes e conhecimentos dos cidadãos sejam ouvidos e considerados.

### **3.7 A cultura como um pilar da democracia.**

A cultura é um dos pilares da democracia. Partindo deste norte, seu fortalecimento e preservação são de extrema importância para o desenvolvimento de uma sociedade plural, inclusiva e participativa, dado seu papel fundamental na formação da identidade coletiva, na promoção da diversidade e no fomento do diálogo e da tolerância entre os cidadãos (TOMASEVICIUS FILHO, 2020).

Ao englobar as manifestações artísticas, as tradições, os costumes, a língua, a música e as demais expressões culturais que moldam a maneira como os indivíduos se percebem e se



relacionam com o mundo ao seu redor, a cultura se mostra elemento indispensável à construção da identidade de um povo.

Além disso, desempenha papel fundamental na promoção da diversidade e no combate à discriminação e à exclusão social. Cada grupo étnico, religioso, social e cultural possui suas próprias tradições e formas de expressão (BAQUERO, 2018).

Assim, ao valorizar e respeitar tal diversidade, constrói-se uma sociedade mais inclusiva e plural, ensinando a apreciar as diferenças, a superar preconceitos e a promover a igualdade de direitos e oportunidades para todos.

Além disso, através da arte, do cinema, do teatro, da literatura e de outras formas de expressão cultural, podemos abordar questões sociais e políticas, promovendo a conscientização, a crítica e a construção coletiva de soluções.

Sendo a cultura é um espaço de diálogo e de expressão das ideias e opiniões, estimula o debate público, o questionamento e a reflexão sobre temas relevantes para a sociedade. A cultura nos dá a liberdade de expressão, essencial para uma sociedade democrática, e nos encoraja a exercer nossa cidadania de forma ativa e responsável (TOMASEVICIUS FILHO, 2020; MENDES, 2012).

A proteção e o fortalecimento da cultura como pilar da democracia contribuem para o desenvolvimento socioeconômico de uma nação. A cultura é uma fonte de emprego, renda e turismo, impulsionando a economia criativa e gerando oportunidades para os artistas e profissionais do setor cultural (MENDES, 2012).

Além disso, a preservação do patrimônio cultural atrai visitantes de todo o mundo, promovendo o turismo cultural e contribuindo para a promoção da imagem e da identidade do país.

Por isso, proteger e fortalecer a cultura como um pilar da democracia é fundamental para garantir uma sociedade inclusiva, plural e participativa. A cultura preserva nossa identidade, promove a diversidade, estimula o diálogo e a reflexão, e contribui para o desenvolvimento socioeconômico.

Portanto, é responsabilidade de todos, governos, sociedade civil e indivíduos, valorizar e investir na cultura como um elemento essencial para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

#### 4 Conclusão





Ao longo do presente artigo, se explorou a importância da cultura e do patrimônio cultural na consolidação da democracia em sociedades contemporâneas. Foram conceituados cultura e patrimônio cultural, com destaque para a diversidade como elemento central.

Em seguida, foi examinada a relação intrínseca entre cultura e democracia, passando pela análise de valores democráticos promovidos pela cultura, como liberdade de expressão, respeito à diversidade e participação cidadã.

Foi abordado também o papel da preservação do patrimônio cultural na construção da identidade democrática de uma sociedade, enfatizando como o patrimônio cultural fortalece o senso de pertencimento e coesão social.

Além disso, foi abordado o espaço de diálogo e debate promovido pela cultura em uma sociedade democrática, incentivando a reflexão e a conscientização sobre questões sociais e políticas.

Foram indicados exemplos de iniciativas culturais que promovem a discussão de questões sociais e políticas relevantes, ressaltando a importância da participação popular na preservação e promoção do patrimônio cultural. Também foram apontadas práticas e políticas que incentivam a participação ativa da comunidade na gestão do patrimônio cultural.

Por fim, se reforçou a importância da contínua preservação e promoção da cultura e do patrimônio cultural como ferramenta de fortalecimento dos valores democráticos. Proteger e fortalecer a cultura é fundamental para a construção de uma sociedade inclusiva, plural e participativa, transmitindo conhecimento, promovendo a diversidade, estimulando o diálogo, e desenvolvendo a consciência cidadã.

Em síntese, a cultura e o patrimônio cultural desempenham um papel crucial na consolidação da democracia, promovendo valores democráticos, fortalecendo a identidade coletiva, estimulando o diálogo, fomentando a participação popular e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico. Ao reconhecer e valorizar a importância da cultura e do patrimônio cultural, são erigidas sociedades mais justas, inclusivas e democráticas.

Logo, a importância da preservação e promoção da cultura e do patrimônio cultural para o fortalecimento dos valores democráticos não pode ser subestimada. À medida que avançamos em sociedades contemporâneas, é crucial manter um compromisso constante com esses elementos fundamentais.



Afinal, a promoção da cultura e do patrimônio cultural é um catalisador para o diálogo intercultural e a valorização da diversidade. Em uma sociedade democrática, é essencial reconhecer e respeitar a multiplicidade de expressões culturais presentes em nosso país.

Ao dar voz e espaço para diferentes perspectivas culturais, promove-se a inclusão, a tolerância e o respeito mútuo. A cultura ensina a apreciar e aprender com as diferenças, fortalecendo a coesão social e a convivência pacífica.

A promoção da cultura, por sua vez, também desempenha um papel crucial na educação cidadã, uma vez que é através dela que exercemos primordialmente valores democráticos como a liberdade de expressão, a igualdade de direitos, a participação cidadã e o respeito aos direitos humanos.

A cultura desperta a consciência crítica e estimula o pensamento reflexivo, capacitando os cidadãos a se engajarem ativamente na sociedade. Ela também promove o senso de responsabilidade em relação ao bem comum e inspira a busca por uma sociedade mais justa e equitativa.

Daí exsurge a necessidade de medidas e políticas que garantam a valorização, proteção e fomento à cultura e ao patrimônio cultural, tais como investimento e financiamento adequados, de modo a evitar tragédias irreparáveis como o incêndio que atingiu o Museu Nacional, em 2018, e transformou em cinzas parte irrecuperável da história mundial.

A criação de arcabouço legal e regulatório, que estabeleça regramento apropriado e apto a proteger a cultura e o patrimônio cultural nacionais, que pertencem ao país e seu povo, e não a governos, partidos ou ideologias.

O investimento na educação cultural também é fundamental para garantir a valorização da cultura em sociedades democráticas, seja pela inclusão de disciplinas e atividades relacionadas à cultura nos currículos escolares, pela capacitação de professores para abordar questões culturais em sala de aula ou via promoção de programas de educação patrimonial que envolvam a comunidade.

Em suma, garantir a valorização e proteção da cultura em sociedades democráticas requer a implementação de medidas e políticas abrangentes, que envolvam não apenas ações governamentais, mas também o engajamento ativo da sociedade.

É necessário que haja um compromisso coletivo em reconhecer a importância da cultura como um elemento central para o fortalecimento dos valores democráticos, promovendo a diversidade, a liberdade de expressão, o diálogo intercultural e a participação cidadã.



Somente através de um esforço conjunto e contínuo será possível garantir que a cultura e o patrimônio cultural sejam preservados e valorizados, contribuindo assim para a construção de sociedades mais justas, inclusivas e verdadeiramente democráticas.

Afinal, há muito já se sabe que “Um povo que não conhece sua História está fadado a repeti-la” (Edmund Burke).

## Referência

ALBERNAZ, Renata Ovenhausen. Democracia e sistema de proteção do patrimônio cultural no Brasil. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, Rio de Janeiro, 15 dez. 2020. Programa de Pós Graduação em Direito da PUC-Rio. <http://dx.doi.org/10.17808/des.0.1438>.

BAQUERO, Marcello. **Democracia inercial**: assimetrias entre economia e cultura política na América Latina. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus – Ibram. Cadastramento Online de Voluntários. **Notícias**, 26 ago. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/gestao-de-risco-ao-patrimonio-musealizado/cadastramento-online-de-voluntarios>. Acesso em: 10 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Cultura. Competências da Secretaria dos Comitês de Cultura. **Notícias**, 17 mar. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/competencias-da-secretaria-dos-comites-de-cultura>. Acesso em: 10 maio 2023.

CASTRO, Márcia Marques Marinho. Cultura, Identidade e o Debate Relativismo Cultural x Direitos Humanos nas Relações Internacionais Perspectivas Dialógicas após a Conferência de Viena de 1993. **Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, v.1, n.2, ago./dez. 2012.

FERRAZ, Francisco. **Brasil**: a cultura política de uma democracia mal resolvida. 1. ed. Porto Alegre: Ad2000 Editorial, 2014.

GÓMES, Maria Nélide González De; LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de (Org.). **Informação e democracia**: a reflexão contemporânea da ética e da política. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2011.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil, uma breve discussão**. Açãoeducativa.org.br, 2012.

HUNGARO, Luis Alberto. **Instrumentos de transparência pública**. São Paulo: Contentus, 2020.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.



MENDES, António Rosa. **O que é Patrimônio Cultural**. São Paulo: GENTE SINGULAR, 2012.

NEVES, Angela Vieira (org.). **Democracia e participação social**: desafios contemporâneos. Campinas: Papel Social, 2016.

PEREIRA JUNIOR, Magno Vasconcelos. Patrimônio cultural e a institucionalização da memória coletiva no Brasil. **Revista Bibliográfica De Geografia Y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 23, n. 1239, 15 jun. 2018.

SPINA, Gabriel Luis; SERRATTO, Edgar Bruno Franke. Patrimônio histórico e cultural: uma revisão bibliográfica. **Educação**, Batatais, v. 5, n. 3, p. 99-116, 2015.

TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. **A proteção do patrimônio cultural brasileiro pelo direito civil**. São Paulo: Almedina, 2020.

ZANIRATO, S. H.; RIBEIRO, W. C. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**, v. 26, n. 51, p. 251–262, jan. 2006.